PORTARIA N.º 700/2015-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,

R E S O L V E :

TRANSFERIR o período de férias de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO ANTIGO	PERÍODO NOVO
ANA ROSA DE SÁ PINHEIRO	2013/2014	20/11 a 19/12/2015	7/1 a 5/2/2016
ARLENA SARMENTO DE FREITAS	2014/2015	1º a 30/10/2015	7/1 a 5/2/2016
CLÁUDIA REGINA GOMES PANTALEÃO	2013/2014	23/11 a 7/12/2015	7 a 21/1/2016
ELIANA NAZARÉ FONSECA COELHO	2014/2015	2/2 a 3/3/2015	3/11 a 2/12/2015
GIL HENRIQUE MENDONÇA FARIA	2014/2015	22/2 a 22/3/2016	6/10 a 4/11/2015

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 18 de dezembro de 2015.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

Protocolo 954403

EXTRATO DA ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2016

(LEI Nº 8.625, DE 12.02.1993 - ART. 15, § 1º)

DATA E HORA - 14.04.2016, das 11h00min às 20h24min
19.04.2016, das 09h30min às 15h50min

LOCAL - Plenário "Octávio Prouença de Moraes", no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará.

PRESENTES (14.04.2016) - Dr. **JORGE DE MENDONÇA ROCHA**, Subprocurador-Geral de Justiça, área jurídico-institucional, em substituição ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. **ADÉLIO MENDES DOS SANTOS**, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Exmos. Conselheiros: Dr. **RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES**, Dra. **ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**, Dra. **MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA** e Dr. **ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**.
JUSTIFICATIVA DE FALTA: A Exma. Conselheira Secretária **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** informou que o Exmo. Conselheiro **Estevam Alves Sampaio Filho** estava doente e o Exmo. Conselheiro **Nelson Pereira Medrado** iria se atrasar em razão de estar participando de audiência no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PALAVRA FACULTADA: A Exma. Conselheira Secretária **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** propôs ao Colegiado que a 8ª Sessão Ordinária, designada para o dia 28.04.2016 fosse antecipada para o dia 26.04.2016, considerando a realização do 2º Congresso do Ministério Público da Região Norte nos dias 27, 28 e 29.04.2016.
O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a proposta e antecipou a 8ª Sessão Ordinária, para o dia 26.04.2016.

O Exmo. Presidente em exercício, Dr. **Jorge de Mendonça Rocha** esclareceu que a pauta estava bastante extensa e informou que teriam que suspender os trabalhos, por volta das 15h00min, considerando que o Ministério Público iria receber o Governador do Estado Simão Jatene, o qual teria uma reunião com os Procuradores de Justiça.

O Exmo. Conselheiro **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** indagou quanto as fotos que são feitas do Conselho Superior no momento da sessão e registrou que já fazia um tempo que não visualizava nenhuma matéria, tanto do Conselho Superior como do Colégio de Procuradores de Justiça, no Portal da Instituição.

O Exmo. Corregedor-Geral **Adélio Mendes dos Santos** complementou dizendo que solicitou à Assessoria de Imprensa que registrassem as inspeções que estão sendo realizadas nas Procuradorias de Justiça, para que todos possam ter conhecimento e que ainda não verificou se foi feito.

O Exmo. Presidente em exercício, Dr. **Jorge de Mendonça Rocha** se comprometeu em conversar com o setor competente sobre tais registros.

DELIBERAÇÕES - Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Certames:

1.1. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de **PJ DE OURÉM**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-033/2015 - Processo nº 056/2015/MP/CSMP.

Com a palavra, o Exmo. Corregedor-Geral **Adélio Mendes dos Santos** registrou o seu descontentamento sobre o que ocorreu na sessão anterior, de julgamento de certames, realizada em

10.03.2016, da qual não esteve presente, pois estava na Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, em Porto Alegre. Disse que tinham para votar a partir do Edital nº 33/2015 e, como houve desistência do candidato que seria indicado, o certame teve que ficar suspenso, para confecção de novo relatório. Com isso, pulou-se o referido edital e julgou-se os editais 34 a 37/2015 e disse que isso não poderia acontecer, porque da mesma forma que os editais são publicados, ofertando vagas, na mesma ordem devem ser julgados. Lembrou, inclusive o que aconteceu com a Dra. Rosa Carvalho, quando teve acesso ao cargo de Procurador de Justiça, quase acontecia a mesma coisa, mas não permitiu, pois no Conselho anterior tinham três casos que não foram permitidos. E, considerando que atualmente, tudo que ocorre é precedente e isso não foi bom para a instituição, vez que de qualquer maneira, seja 1ª ou 2ª entrância, o candidato que for removido ou promovido dos certames posteriores cumprirá a quarentena de seis meses antes do candidato do Edital 33.

Após a leitura do Relatório, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, **DEFERIU** as inscrições dos candidatos **BRUNO FERNANDES SILVA**, **CICERO BARBOSA MONTEIRO JUNIOR**, **DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO**, **GUILHERME LIMA CARVALHO**, **LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ** e **PATRICIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN**, mesmo não preenchendo os requisitos previstos no art. 89 da LCE nº 057/2006, em razão de não haver outros candidatos à vaga que preencham todos os requisitos.

Na sequência, o Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, **DECIDIU INDICAR** a Promotora de Justiça **LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ** à remoção para o cargo de **PROMOTOR DE JUSTIÇA DE OURÉM**, por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de **298** pontos. Integrou a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância o Promotor de Justiça **DANIEL MONDEGO FIGUEIREDO**, com **232,5** pontos. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos para a definição do nome do terceiro integrante da lista tríplice, esta foi composta por duas Promotoras de Justiça, nos termos do art. 61, inciso IV (parte final) da Lei nº 8625/93.

1.2. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de **3º PJ CÍVEL DE BENEVIDES**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-038/2015 - Processo nº 061/2015/MP/CSMP.

A Exma. Conselheira Secretária **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** apresentou ao Colegiado o expediente protocolizado sob o nº 21403/2016, da lavra do Exmo. Promotor de Justiça **Marcio Leal Dias**, que solicitou, naquele momento, a desconsideração do plano de atuação de Monte Alegre (biênio 2014/2015), ou, alternativamente, aplicado o art. 18, parágrafo único da Resolução nº 003/2014-MP/CGMP, com a avaliação do item referente ao cumprimento das metas com base somente no conteúdo de tal PA, sem as informações referentes à execução, pois o signatário não participou dessa fase, já que removido à 4ª PJ de Abaetetuba em julho/2014 e a etapa de encaminhamento dos dados referentes à execução do 1º quadrimestre de Monte Alegre iniciou em 1º/08/2014, consoante calendário da Administração Superior. O Exmo. Corregedor-Geral **Adélio Mendes dos Santos** solicitou que a secretaria encaminhe, por ofício, cópia do expediente à Corregedoria-Geral, pois é obrigação do Promotor de Justiça incluir ou excluir seu nome do Plano de Atuação e o Exmo. Promotor de Justiça **Márcio Leal Dias** não excluiu seu nome quando saiu de Monte Alegre.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU do pedido, por ser extemporâneo e DETERMINOU o envio de cópia do expediente à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O Exmo. Conselheiro **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** informou que recebeu comunicação do falecimento do Emérito Padre **Luciano Alfredo Brambilla**, ocorrido naquela manhã, na Congregação dos Clérigos Regulares de São Paulo (Barnabitas). Registrou que o referido Padre adotou nossa cidade como sua, dedicou grande parte de sua vida, a organizar o Círio de Nazaré, dirigir a Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, manteve relações institucionais e ecumênicas com as demais igrejas cristãs e não cristãs, exerceu esse papel distribuindo entre a população do Estado do Pará, o momento de paz, de conforto, de entendimento, de tolerância, sempre buscando construir pontes com o seu jeito característico de ser, com seu bom humor, a sua juventude que manteve até o fim de sua vida. Solicitou que o Conselho Superior delibere uma proposição de pêsames à Congregação de Barnabitas, através da Igreja Santuário de Nossa Senhora de Nazaré.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a proposta e DETERMINOU o envio de votos de pesar à Congregação de Barnabitas, através da Igreja Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, pelo falecimento do Padre Luciano Alfredo Brambilla.

Na sequência, após a leitura do relatório, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, **DEFERIU** as inscrições dos candidatos **ADRIANA PASSOS FERREIRA**, **AFONSO JOFREI MACEDO FERRO**, **ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES**, **ANDRESSA ERICA AVILA PINHEIRO**, **BRENDA MELISSA FERNANDES LOUREIRO BRAGA**, **CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA**, **ERICA ALMEIDA DE SOUSA**, **ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA**, **EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO**, **GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA**, **HYGEIA VALENTE DE SOUZA MAGALHÃES**, **LAERCIO GUILHERMINO DE ABREU**, **MARCIO LEAL DIAS**, **MARCIO SILVA MAUES DE FARIA**, **MARIELA CORREA HAGE**, **RAMON FURTADO SANTOS** e **SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME** por preencherem os requisitos previstos no art. 89 e 98, da LCE nº 057/2006.

O Egrégio Conselho Superior suspendeu a sessão para receber a visita do Governador do Estado Simão Jatene e, às 18h30min retornou à votação do certame.

Após o cômputo das notas, o Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, aplicando o sistema de pontuação, de acordo com o preceituado na Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, **DECIDIU INDICAR** a Promotora de Justiça **ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA** à remoção para o cargo de **3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE BENEVIDES**, por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de **504,5** pontos. Integraram a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância o Promotor de Justiça **GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA**, com **375,5** pontos e a Promotora de Justiça **ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES**, com **347,5** pontos. Em razão da inexistência de outros candidatos que preenchessem os requisitos para a definição do nome do terceiro integrante da lista tríplice, esta foi composta por duas Promotoras de Justiça, nos termos do art. 61, inciso IV (parte final) da Lei nº 8625/93.

Após a proclamação do resultado, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, SUSPENDEU a sessão para ser retomada no dia 19.04.2016, considerando o adiantado da hora.

No dia 19.04.2016, às 09h30min o Exmo. Presidente deu continuidade aos trabalhos da 7ª Sessão Ordinária do Conselho Superior.

PRESENTES (19.04.2016) - Dr. **JORGE DE MENDONÇA ROCHA**, Subprocurador-Geral de Justiça, área jurídico-institucional, em substituição ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dra. **TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**, 2ª Subcorregedora-Geral, Dr. **ADÉLIO MENDES DOS SANTOS**, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Exmos. Conselheiros: Dr. **RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES** (a partir do item 1.9 da pauta), Dra. **ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**, Dra. **MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA** e Dr. **ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**.

JUSTIFICATIVA DE FALTA: A Exma. Conselheira Secretária **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** informou que o Exmo. Conselheiro **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** se encontrava em sessão nas Câmaras Cíveis Reunidas, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

1.3. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de **2º PJ DE ITAITUBA**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-039/2015 - Processo nº 062/2015/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que o certame ficou deserto, por não haver inscritos e, à unanimidade, DECIDIU pela destinação da vaga para certame de promoção à 2ª entrância.

1.4. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de **2º PJ CÍVEL DE REDENÇÃO**, pelo critério de **MERECIMENTO** - ED-040/2015 - Processo nº 063/2015/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que o certame ficou deserto, pois a única candidata inscrita, desistiu e, à unanimidade, DECIDIU pela destinação da vaga para certame de promoção à 2ª entrância.

1.5. Julgamento de Remoção na 2ª Entrância, para o cargo de **3º PJ CÍVEL DE PARAUPEBAS**, pelo critério de **ANTIGUIDADE** - ED-041/2015 - Processo nº 064/2015/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, **DEFERIU** a inscrição da candidata **JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA**, mesmo não preenchendo o requisito previsto no inciso VIII do art. 89 da LCE nº 057/2006, em razão de ser a única inscrita à vaga.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, **DECIDIU INDICAR**, à unanimidade, a Promotora de Justiça **JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA**, que ocupa a **108ª** posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de **3º PJ CÍVEL DE PARAUPEBAS**, em razão de ser a candidata mais antiga concorrendo no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.